



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

Aos 25 dias do mês de outubro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro de 2016.

Audição da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro de 2016.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição na sequência da reunião formal dos 28 Chefes de Estado e de Governo da União Europeia dos passados dias 20 e 21 de outubro e indicou os tempos a respeitar nas intervenções previstas.

Na sua intervenção inicial a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus deu conta da agenda em discussão na reunião em apreço, focada em especial nas migrações, no comércio, nas questões globais e económicas, nomeadamente o acordo de Paris e o mercado interno e ainda questões externas, em especial as relações com a Síria e com a Rússia.

No primeiro tema sublinhou a discussão das medidas para “restabelecer Schengen” com reforço das fronteiras externas e a discussão dos pactos com os cinco países considerados prioritários de África no contexto da política de vizinhança e de investimento “a sul” nos países de origem ou de trânsito das migrações, nomeadamente com o Níger, a Nigéria, o Mali, a Etiópia e o Senegal.

Deu conta da identificação dos meios técnicos e humanos necessários para o funcionamento da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, referindo a disponibilização de 47 efetivos de Portugal para a reserva de mobilização rápida desta



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

força, esperando-se que a 27 de janeiro próximo estejam também identificados os equipamentos com os quais os países membros devem participar.

Portugal era à data da audição o quarto país da União Europeia que mais migrantes tinha acolhido, estando em vias de receber ainda mais nessa mesma semana e a participar em pleno no mecanismo “um-por-um” de recolocação de refugiados localizados na Turquia. Portugal tinha assumido uma posição em conjunto com outros Estados-Membros de necessidade de estabelecer uma política europeia global de migrações, integrando e coordenando várias iniciativas paralelas e por vezes dispersas sobre esta matéria.

Quanto ao tema do comércio, realçou o CETA e a possibilidade da entrada em vigor provisória dos pontos desse acordo em matérias da competência exclusiva da União Europeia, cuja assinatura estava prevista simbolicamente para a Cimeira UE-Canadá do seguinte dia 27 de outubro, possibilidade posta em causa devido à posição contrária mantida pelo parlamento regional da Valónia, o que impedia a Bélgica de dar o seu consentimento. Portugal seria favorável à entrada em vigor provisória, mantendo no entanto a posição que a matéria da competência dos Estados-Membros deveria ser ratificada pela Assembleia da República. Portugal adicionou ao ponto relativo ao comércio a questão da negociação com o Mercosul. O Conselho saudou a ratificação do Acordo de Paris, apoiado também pelo Governo de Portugal.

Nas questões económicas e em relação à União de Energia, assinalou a integração, nos objetivos sobre esta matéria, das questões relativas às interligações energéticas. Quanto ao Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos, Portugal manteve a defesa da necessidade de um equilíbrio geográfico nos projetos financiados. Finalmente apoiou a adoção de medidas concretas para o emprego jovem.

Quanto às relações externas, referiu o apoio dado por Portugal ao fim das hostilidades na Síria e ao diálogo para um fim do conflito, criando condições para a ajuda humanitária chegar a Aleppo. Referiu ainda o contributo nesta matéria que pode ser dado pela recente eleição de António Guterres para Secretário-Geral da ONU, dadas as prioridades que o próprio assinalou na sua tomada de posse desse cargo. Quanto às relações com a Rússia, Portugal apoiou a recuperação de uma posição comum dos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

Estados-Membros e o regresso a uma parceria com objetivos partilhados num horizonte a médio e longo prazo.

Não houve detalhes a adicionar ao que é publicamente conhecido quanto ao Brexit. Na questão do acordo entre a UE e a Ucrânia, referiu que, a ser ratificado nesta altura, teria de o ser com uma declaração específica da Holanda que não o pode acompanhar por estar em período de eleições.

Finalmente referiu a nova lei eleitoral para as eleições europeias e manifestou o interesse em saber a posição da Assembleia da República sobre esta matéria, respeitando naturalmente a reserva parlamentar e o tempo necessário à sua discussão, com vista a transmitir essa posição na próxima reunião com a REPER a realizar em meados de novembro.

Numa primeira ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados: **Miguel Morgado (PSD)** que realçou a contradição entre a posição manifestada pelo Governo de Portugal na questão do Brexit e uma entrevista publicada pouco tempo antes da audiência, realizada a um funcionário do governo do Reino Unido, segundo o qual teria sido muito difícil conseguir agendar uma reunião com dirigentes do Governo de Portugal, tendo a reunião finalmente conseguida sido de uma enorme frieza; perguntou qual a posição do Governo relativamente a acusações à Rússia de estar a cometer crimes de guerra na Síria; acrescentou que se aguarda novidades quanto à reforma da União Económica e Monetária e pediu esclarecimentos quanto ao “plano B” do Governo para atingir as metas do défice e qual a evolução das mesmas; **Francisca Parreira (PS)** reiterou a questão do respeito de cada Estado-Membro pelas posições de soberania dos restantes Estados; no entanto a posição que tem sido assumida em relação ao Brexit seria uma posição coordenada entre os 27 Estados-Membros; quanto à Síria e a Rússia considerou que a posição de Portugal estaria a ser adequada, condenando as violações dos direitos humanos; realçou o papel exemplar de Portugal no acolhimento de refugiados, quer bilateralmente em várias iniciativas, incluindo as dirigidas ao apoio à prossecução de estudos, quer no contexto dos mecanismos de apoio da União Europeia; finalizou



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

perguntando se os processos em tramitação para concessão do estatuto de refugiados alterariam significativamente a posição relativa de Portugal no ranking de países em número de pessoas acolhidas; **Pedro Mota Soares (CDS-PP)** iniciou a sua intervenção por referir a indefinição do Governo face ao Brexit e ao impacto que isso poderia ter no futuro da sua relação bilateral com o Reino Unido; considerou não haver uma política europeia para os refugiados e que Portugal, tendo estado na vanguarda do processo de acolhimento dos refugiados, estaria em posição de avançar com propostas credíveis nessa matéria; manifestou a decepção com a situação das negociações dos acordos comerciais, uma vez que primeiro o TTIP e nessa altura o CETA recuavam face a agendas populistas dos extremos políticos; perguntou qual a reação do Governo à posição de bloqueio ao CETA colocada pela Bélgica, devido à posição assumida por um parlamento regional, nomeadamente de que forma dialogaria com a Bélgica para ultrapassar essa situação, e qual a sua posição nestes acordos em geral, dada a posição contrária dos parceiros de coligação do Governo e uma vez que a referência aos mesmos estaria praticamente ausente das GOP de 2017; **Isabel Pires (BE)** referiu que nas políticas de migração confundia-se migrantes e refugiados, insistindo em políticas para controlo e encerramento de rotas que estariam a falhar, contribuindo para um aumento do número de mortes no mediterrâneo por ausência de abertura de rotas seguras; quanto à ajuda humanitária da União Europeia para os refugiados na Turquia, que seria encaminhado para organizações não-governamentais, pediu esclarecimentos quanto às rubricas direcionadas para ministérios turcos, bem como o objetivo de uma rubrica identificada apenas como “vários” e para a qual estariam previstos €250 milhões; referiu uma reportagem da BBC quanto à utilização de crianças e adolescentes sírios em fábricas têxteis e o desrespeito por direitos humanos na Turquia, questionando a esse propósito a manutenção do apoio do Governo de Portugal ao acordo com esse país; nas questões do comércio declarou que a insistência de entrada em vigor do CETA ignoraria os impactos nocivos que o acordo poderia ter sobre a agricultura e saúde pública; considerou haver legitimidade do parlamento da Valónia em rejeitar adoção do CETA e que a esse propósito se recomendaria um balanço quanto à forma como são realizados este tipo de acordos e perguntou qual a posição do Governo de Portugal nestes últimos pontos; para finalizar a ronda, **Paula Santos (PCP)** referiu que o conteúdo das conclusões transmitiriam que a União Europeia ignoraria a profunda



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

crise em que estaria, não respondendo a problemas concretos económicos e sociais relacionados com a pobreza, desemprego e exclusão que estariam a afetar os povos da União Europeia; em concreto perguntou em que sentido é que o Governo de Portugal entendia que deveria ser feita a política global da União Europeia em matéria de migração – se o reenvio dos migrantes ao país de origem não fosse uma solução, qual então seria o caminho a seguir; em especial perguntou o que estaria a ser feito para assegurar os direitos humanos dos refugiados na Turquia, uma vez que as verbas canalizadas para a Turquia e para medidas militaristas e securitárias não estariam a contribuir para uma solução; a propósito dos acordos a sul perguntou se o apoio bilateral ao desenvolvimento estaria subjugado às prioridades para a migração definidas no plano da União Europeia; quanto ao CETA e à sua entrada em vigor provisória referiu que colocaria em causa o respeito pela soberania de cada Estado-Membro, os quais deveriam previamente ratificar qualquer acordo desta natureza; manifestou a solidariedade com a Síria na sua luta pela autodeterminação, embora não concordasse com o apoio a mercenários neste conflito; pediu finalmente que fosse desenvolvido o ponto relativo às orientações estratégicas para as relações com a Rússia.

A Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus agradeceu as questões colocadas às quais respondeu individualmente.

Numa segunda ronda entrevistaram as Senhoras e os Senhores Deputados: **António Costa Silva (PSD)**, o qual insistiu em saber a posição do Governo relativamente às medidas concretas em relação à Rússia e aos acordos comerciais com os Estados Unidos e com o Canadá, referindo que a indefinição nesta matéria se deveria à oposição dos seus parceiros de coligação; **António Cardoso (PS)** sublinhou a posição e insistência de Portugal na conclusão da união monetária, em especial a bancária; referiu as prioridades do mercado único digital e de resolução das dificuldades nas interligações energéticas; finalizou por referir os problemas de custos para as empresas de depender de ligações rodoviárias para escoar as exportações portuguesas e a necessidade de atribuir prioridade às ligações ferroviárias, em especial a abertura de vias pelo norte; finalizou **Isabel Pires (BE)**, que reiterou os pontos relativos ao acordo com a Turquia e à sua incompatibilidade com as situações



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

alarmantes dos refugiados que estariam a ser reportadas no terreno; no CETA voltou a referir os pontos em que este tipo de acordo poderia prejudicar o país e que fundamentariam a sua oposição ao mesmo; sobre a Síria e a crítica ao papel da Rússia nesse conflito referiu haverem outros países com atuação condenável, devendo também esses ser denunciados.

A Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus esclareceu os últimos aspetos focados.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1383&title=audicao-da-secretaria-de-estado-dos-assuntos-europeus>

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 novembro 2016.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Costa Silva
Carlos Costa Neves
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Isabel Pires
Manuel Rodrigues
Miguel Morgado
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Sales
Duarte Marques
Inês Domingos
Maria Luís Albuquerque
Moisés Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira
Vitalino Canas